

# Acesso à Lagoa do Fogo vai passar a ser através de serviço de 'shuttle'

O Governo Regional vai abandonar o projecto de requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo e adoptará a proposta feita pelo deputado da Iniciativa Liberal, Nuno Barata, para que os acessos àquela reserva natural da ilha de São Miguel passem a ser feitos através de um serviço de shuttle em sistema Hopon - Hopoff, anunciou ontem o IL em comunicado.

Os objectivos da IL passam pela necessidade de "evitar os congestionamentos e a sobrecarga naquele ecossistema, que se tem verificado por viaturas e turistas, bem como impedir de vez que a Região implementasse algum dos projectos conhecidos de requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo".

"A Iniciativa Liberal entende que, em relação a este processo de requalificação do Miradouro da Lagoa de Fogo e sobre o acesso de viaturas ao local, deverá existir uma outra abordagem, que garanta as vertentes da sustentabilidade pretendida, alcançando-se assim o passo determinante na direcção deste desígnio", disse Nuno Barata.

Para os liberais regionais "é necessário e fundamental ter controlo de acessos, evitar a pressão sobre o local, não apenas de pessoas, mas principalmente de viaturas", facto que não tem acontecido, pelo que "as visitas à Reserva da Lagoa de Fogo não têm sido efectuadas de uma forma equilibrada e, sobretudo, nos meses considerados de época alta, existem inúmeros constrangimentos com viaturas, estacionamento e falta de controlo de acesso a um dos mais importantes pontos de interesse patri-



monial natural dos Açores".

Assim, com a aprovação por maioria (apenas o deputado independente votou contra) do Projecto de Resolução da IL, o Parlamento dos Açores recomenda ao Governo Regional que "abandone, em definitivo, o Projeto de Requalificação do Miradouro da Lagoa do Fogo" e que, "em alternativa, proceda ao lançamento de um concurso público internacional para a concepção, produção e concessão, por um período de 10 anos, de um serviço de Shuttle, em sistema de Hop on - Hop off, a funcionar no circuito entre a zona da Central Geotérmica do Pico Vermelho (no Concelho da Ribeira Grande) e o Parque de Merendas dos Remédios (no Concelho da Lagoa) e vice-versa".

**Estacionamentos, paragens, custos**

A proposta dos liberais prevê também a "criação de infraestruturas de estacionamento e de apoio em duas bases do percurso", nomeadamente "junto à Central Geotérmica do Pico Vermelho, na Ribeira Grande, e junto ao Parque de Merendas dos Remédios, na Lagoa".

Nuno Barata propõe ainda que, no âmbito desta nova solução, "mais económica, mais barata e mais amiga do ambiente", o Governo determine a existência de, "pelo menos, 6 pontos de paragem turística no percurso", apontando o "parque de estacionamento da Central Geotérmica do Pico Vermelho, a Cascata do Salto do Cabrito, a Caldeira Velha, o Miradouro da Bela Vista, o Miradouro da Lagoa de Fogo, o Pico da Barrosa, a Janela do Inferno/Rota da Água e o Parque de Merendas dos Remédios-Lagoa".

A proposta liberal recomenda que "os locais e os horários de partida e che-

gada, quer no Concelho da Lagoa, como no Concelho da Ribeira Grande, sejam articulados com os apeadeiros e horários dos transportes colectivos públicos de passageiros" e que é imperativo assegurar excepções apenas para "garantir o acesso às explorações agrícolas existentes no percurso", bem como "aos meios de socorro e acessos a propriedades privadas".

Nuno Barata defende ainda que "os residentes e portadores de domicílio fiscal na Região beneficiem de isenção de pagamentos no acesso ao percurso".

Sem betão e com turistas a pagar

Em síntese, "em vez de investir em betão na zona de maior sobrecarga da Lagoa do Fogo, a IL preconize a existência, nas extremidades do circuito a criar, de dois amplos estacionamentos para viaturas, passando os turistas a pagar para subir à Lagoa do Fogo, utilizando o serviço de shuttle (em autocarros), "preferencialmente eléctricos, para garantir o factor da sustentabilidade ambiental de que se almeja".

Assumindo que "é necessário garantir a sustentabilidade ambiental, económica e social da Reserva da Lagoa do Fogo, lugar único no mundo", o deputado da IL entende que os projectos governamentais para o local não asseguram qualquer daquelas premissas e pretende travar o procedimento concursal que a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas diz estar pronta para lançar, tendo em vista o início das obras.

# Refeições escolares vão ser mais baratas nos Açores

O preço das refeições escolares nos Açores vai diminuir em cerca de 50 cêntimos, na sequência de uma proposta aprovada na Assembleia Regional, por iniciativa do PS, mas que, segundo o Governo, terá um "enorme impacto" orçamental.

"Mais de metade do aumento na Acção Social Escolar, se esta proposta for aprovada, vai totalmente para o custo com as refeições e, da nossa parte, para podermos apoiar as famílias, teremos de lá cabimentar também os transportes e o material escolar que é disponibilizado aos nossos alunos, e isso põe por terra o orçamento aprovado nesta casa", advertiu a Secretária Regional da Educação, Sofia Ribeiro, durante a discussão da proposta no parlamento, na Horta.

Em causa estava uma proposta da bancada socialista, que pretendia acrescentar à redução do custo das refeições escolares (entre 13 e 52 cêntimos por aluno), uma outra majoração de 25%, para vigorar por dois anos, como forma de ajudar as famílias neste período de crise, mas que,

segundo as contas do Governo de coligação, terá um impacto orçamental de 1,2 milhões de euros por ano.

Mas Ana Luís, deputada socialista, garante que o seu partido também fez contas, embora não tenha revelado os números em plenário, considerando que os argumentos invocados pelo Governo e pela coligação de direita são apenas uma "desculpa" para votarem contra a proposta do PS.

"Eu, sinceramente, acho que aquilo que os partidos da oposição pretendem é, como em muitas outras circunstâncias, desviar o assunto e arranjar desculpas para não aprovarem mais uma medida de apoio às famílias", apontou a parlamentar socialista, garantindo que a sua bancada "fez contas", para poder saber que taxas podia aplicar.

O deputado do PSD Joaquim Machado criticou a bancada socialista, que acusou de não saber explicar a sua proposta que, no entender dos sociais-democratas, colide com as regras definidas na "lei travão", segundo as quais, não se pode aprovar medidas que façam aumentar as despesas do



orçamento do ano em curso.

"Um partido apresenta uma proposta, mas não sabe explicar a proposta! Não sabe quanto custa a proposta e não sabe também como é que ela se resolve. Não sabemos quanto é que isto representa, do ponto de vista orçamental, nem sabemos como é que isto se resolve", lembrou o parlamentar social-democrata.

Mas, apesar das dúvidas levantadas pelo PSD, a proposta socialista acabou por ser aprovada, com a abstenção do Chega, do PAN e do deputado independente, e com os votos a favor do PS e do BE, e também de Nuno Barata, da Iniciativa Liberal, que entende que, se

o Governo pode ajudar as empresas, também deve ajudar as famílias.

"O Governo Regional ainda há dias anunciou dez milhões de euros para apoiar as empresas incompetentes, que não conseguem pagar mais o que o ordenado mínimo regional aos seus trabalhadores", recordou o parlamentar liberal, para concluir que, se é possível apoiar os "parasitas de sempre", também é possível ajudar as famílias que têm crianças em idade escolar.

A proposta sobre o custo das refeições escolares fica também para a história parlamentar dos Açores como uma das mais complicadas e controversas de sempre, já que surgiu, numa primeira fase, por iniciativa da coligação, mas foi depois retirada da agenda, permitindo que o PS assumisse a sua paternidade, embora a versão final discutida em plenário, tenha surgido por iniciativa da Comissão de Assuntos Sociais, que apresentou uma proposta de substituição integral.

Mesmo assim, o diploma foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.